

Os alfaiates e as modistas em Lisboa (1775-1850): subsídio para a História do traje e da moda

Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de Morais¹

RESUMO: Ao apresentarmos este estudo, desejamos apresentar alguns elementos que pensamos poderem contribuir para História do Traje e da Moda em Portugal, reforçando o papel dos alfaiates e das modistas na cidade de Lisboa, que tanto ajudaram para que a moda fosse seguida pelas senhoras de estratos sociais elevados, nomeadamente as da Corte. Oriundos principalmente de países estrangeiros, estes impulsionadores de moda praticavam formas publicitárias bastante eficazes, viram muitas vezes os seus serviços reconhecidos, recebendo alvarás e privilégios, ficando, assim, nos anais da história lisiponense no último quartel do séc. XVIII e na primeira metade do séc. XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Alfaiates; modistas; moda; publicidade; lojas

ABSTRACT: To perform this study, we expose some elements that we think we can contribute to costume and fashion history in Portugal, strengthening the role of tailors and dressmakers in Lisbon, who helped on the fashion followed by the ladies of high social strata, in particular those of the Court. Coming mainly from foreign countries, these boosters practiced quite effective forms of advertising and their services were very often recognized, getting permits and privileges. Many of them stayed in the annals of the lisiponense history in the late 18th century and in the first half of the 19th century.

KEY-WORDS: Tailors; dressmakers; fashion; advertising; shops

RESUMEN: Para realizar este estudio, se exponen algunos elementos que creemos que podemos contribuir a la historia de la traje y moda en Portugal, fortalecer el papel de sastres y modistas en Lisboa, que ayudó a que la moda fue seguida por las mujeres de estratos sociales altos, en particular los de la corte. Procedente principalmente de países extranjeros, estos agentes de presión moda practicavam formas de publicidade absolutamente eficazes, reconocieron sus servicios, permisos y privilegios, y muchos de ellos se quedó en los anales de la historia lisiponense a finales del siglo XVIII y en la primera mitad del siglo XIX.

PALABRAS CLAVE: Sastres; modistas; moda; publicidade; tiendas

¹ Doutora em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História da Arte em Portugal pela Faculdade de Letras do Porto. Licenciada em Design Industrial, Bacharel em Artes. Docente na E.S.T.G. no Instituto Politécnico de Viana do Castelo desde 1999.

Introdução

Ao recordarmos as convulsões que se sucederam até aos meados do século XIX, limite da época por nós estudada, desde a Revolução Francesa, as Invasões Francesas, à retirada da Corte para o Brasil, às graves crises provocadas pelos confrontos entre liberais e absolutistas e consequente Guerra Civil e finalizando com as divisões internas do novo regime no reinado conturbado de D. Maria II, consideramos que as senhoras portuguesas estiveram, em determinadas fases, mais atentas ao que se passava no mundo da moda do que noutras. A época teve avanços e recuos na evolução da moda, muito devido à instabilidade do país.

A inconstância da moda no traje feminino durante este período histórico confrontou-nos com a necessidade de conhecermos os profissionais que tiveram que acompanhar a imposição e mudança de novas tendências à sua atividade, ou mesmo de as criarem, satisfazendo as necessidades dos seus clientes: os alfaiates, as modistas e *marchandes de mode*.

Serão todos estes, os que contribuíram para a aparência da mulher portuguesa, os divulgadores das novidades e das modas, que reivindicavam novas formas de negociar e difundir os seus serviços, condutas desenvolvidas dentro do espírito de uma sociedade de consumo em formação, levando o cliente ao universo do comércio de luxo e moda.

Neste estudo, tentamos procurar-lhes as origens, onde estavam estabelecidos, os preços dos seus serviços e as mercês régias que lhes foram concedidas. A nossa pesquisa apoiou-se sobretudo nos anúncios destes profissionais, nos periódicos e almanaques da época. Acrescentámos ao nosso conhecimento os relatos (memórias, álbuns de costumes, diários e cartas), procurando encontrar um *corpus* documental que sustentasse o nosso trabalho.

A soberania dos alfaiates e os fornecedores estrangeiros

No século XVIII, em Lisboa, os alfaiates continuavam a dominar a confeção de peças para ambos os sexos, mas devido às exigências da moda, com um excesso ornamental, tiveram que adaptar os seus conhecimentos e arte de bem-fazer, aos novos modelos de vestuário feminino e de satisfazer os gostos e desejos das clientes.

Para dar resposta ao luxo e à personalização do vestuário da nobreza que seguia atentamente os gostos da moda francesa, no século XVIII a arte da modelagem sofreu um grande progresso por toda a Europa. Esta profissão,

tal como outras, era controlada por um regimento cujo objetivo, para além de regulamentar o exercício da profissão, desde a sua aprendizagem até à realização de um exame e a fiscalização das oficinas, pretendia garantir qualidade e perfeição do vestuário confeccionado, bem como proteger os clientes de qualquer tipo de atitude fraudulenta.

Os alfaiates eram profissionais sujeitos a exames onde deveriam “ (...) demonstrar as competências adquiridas ao nível do saber-fazer, ou seja, teriam que provar que sabiam calcular a quantidade de tecido, desenhar os moldes e cortar o tecido para fazerem qualquer peça de vestuário para o que era necessário também ter conhecimentos de geometria, aritmética e das proporções do corpo humano»².

No meio do espírito excessivo de modas e luxo durante o reinado de D. João V, onde todo o tipo de vestuário para ambos os sexos era importado, foram concedidas mercês reais aos alfaiates, tais como: Tomé Esteves Alho, Francisco de Basto, Marcelino Rodrigues, António Rodrigues Coelho; Sebastião Rodrigues Collares, José Henriques; Damião da Silva Luiz Antunes Mendonça³.

A moda que predominava era francesa e «Desde então começam a afluir a Lisboa as modistas, alfaiates e cabelleireiros francezes, attrahidos todos eles pelos peralvilhos daquelle tempo, que já se julgavam desairados não vestirem á moda de Paris, ou de Londres, dando por esta forma não equivoacas provas de estarem já dominados por todas aquellas torpezas e vicios, inherentes a similhante mania»⁴.

Alguns nomes destas modistas perduram nos anais da história: «No meio do século XVIII tínhamos cá as modistas M.^{me} Charles, e M.^{me} Chavalhé, corruptela de M.^{me} Chevalier, talvez, mais faladas que a Martins e a Dias, suas contemporâneas (...)»⁵.

A colónia estrangeira, centralizada na cidade de Lisboa e na do Porto, era numerosa. Muitos estrangeiros permaneciam em Portugal atraídos pelos negócios ou pela atividade militar, política ou apenas por turismo.

² Cf. SILVA, Maria da Graça de Barros – *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna. O caso da cidade de Lisboa setecentistas*. Lisboa: [s. n.], 2012. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. 1, p. 102.

³ IDEM, *Ibidem*, p. 97.

⁴ SORIANO, Simão Jose da Luz – *Historia do Reinado de El-Rei D. José e da Administração do Marquez de Pombal percedida de uma breve noticia dos antecedentes reinados a começar no de El-Rei D. João IV, em 1640*. Lisboa: Tipographia Universal, 1867, t. 1, p. 159.

⁵ CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*. 3ª ed. Dirigida, revista e anotada por Gustavo Matos Sequeira. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, vol. 2. 1955, p. 179.

O seu número aumentou durante o período pombalino, devido não só ao incremento da reconstrução, mas também devido à guerra, o que levou à fixação de muitos ingleses e alemães⁶. Muitos deles dedicam-se ao comércio e, já nessa altura, algumas modistas, cabeleireiros, alfaiates de origem estrangeira habitavam na cidade de Lisboa.

Quer durante o reinado de D. José quer no de D. Maria I, viveu-se um período assinalado por uma crescente mobilidade social, com novos grupos sociais a tentarem impor-se, nomeadamente os negociantes e os altos burocratas do Estado, a quem carecia nascença digna de registo, mas a quem não faltava dinheiro para poder concretizar todos os luxos de influência externa. Procuravam imitar a vida da nobreza, rodeando-se do fausto característico desta classe, acabando por atrair ao seu convívio social muitos estrangeiros que tinham vindo para Portugal. Perante os modelos aristocráticos e por processos de imitação, de usurpação ou de repúdio, esta nova classe procurava transpor normas de boas maneiras e cortesia para os novos espaços sociais, de lazer e de aparato. Assim, novos gostos e distintas sensibilidades, quer estéticas, quer comportamentais, iam surgindo.

Uma das expressões visíveis de todos esses diferentes valores foi, sem dúvida, através da moda, que por muitos é definida como um modelo de comportamento irracional e passageiro que tende a repetir-se numa sociedade cujos membros anseiam por um reconhecimento de *status* ao se expressarem através da imitação dos gostos e vivências de uma classe superior.

Até ao último quartel do séc. XVIII, o desenho das roupas femininas não mudava de ano para ano, a diferença da moda consistia, muitas vezes, na mudança de acessórios e adereços. Devido ao contacto entre casas reais através de casamentos e laços familiares, continuaram os elementos femininos da Corte a ser aliciadas pelas tendências de moda das suas congéneres, seguidas pelas figuras do Paço e entre as famílias mais influentes. Para além de terem os seus alfaiates particulares, recorriam ainda ao trabalho de modistas e fornecedores estrangeiros, nomeadamente franceses, para confeccionarem os trajes com que se apresentavam nos atos solenes e cerimónias. Conseguiram, assim, assegurar a maior dignidade e projeção dentro do ambiente a que pertenciam e que deveria servir de referência.

⁶ SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do Terramoto. Subsídio para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, vol. 2-4, 1917. p. 148. Vd., sob este assunto, FERRO, João Pedro – *A População Portuguesa no Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa: Presença, 1995, pp. 80 e 83-89.

Apesar de toda a sua religiosidade, a Rainha D. Maria I ditava as modas, imitadas pelas damas que a rodeavam e pela alta sociedade. A Corte e a nobreza seguiram a moda francesa atentamente, sem atingir a magnificência e esplendor que teve noutras Cortes da Europa, mas assimiladas com alguma moderação. Poderemos mesmo dizer que o reinado de D. Maria I é um período marcado por um certo ecletismo na indumentária, uma continuidade do estilo *rocaille* com uma tendência mais clássica, de formas e linhas mais simples.

D. Maria I, tal como outros elementos femininos das principais Cortes, desde Londres a Veneza, a Viena, a S. Petersburgo, recorriam aos serviços da célebre *marchande de modes* Marie Jeanne Rose Bertin (1747-1813), fornecedora, chapeleira e modista da Rainha Maria Antonieta⁷. Reconhecida na História da Moda, como uma precursora do que hoje podemos chamar “estilista”, Rose Bertin e Maria Antonieta conseguiram com as suas colaborações estilistas, iniciadas em 1770 e que persistiram até 1792, manter a França no epicentro da indústria do luxo e da moda.

Rose Bertin, assim como outras mercadoras de moda, funcionaram como intermediárias entre o universo da moda de luxo e a clientela. “ (...) O talento artístico conferido aos mercadores de moda reside então no talento decorativo, na capacidade de enfeitar e enobrecer as roupas por meio de fantasias de moda (...)»⁸.

A modista tinha na sua firma, cerca de 30 vendedoras e contratos com dezenas de fornecedores. Enviava as vendedoras por toda a Europa, todos os anos, levando consigo as suas famosas *poupées de modes*, para divulgar as suas últimas criações. Os gostos que circulavam no modo de vestir das damas da nobreza e da aristocracia europeias acabavam por se propagar, por convívio direto, através das *poupées de modes* ou, ainda, por possuírem os fornecedores de moda em comum⁹.

Bertin terá exposto 280 *toilettes* destinadas às cortes de Madrid e Lisboa, por ocasião dos matrimónios de D. Carlota Joaquina e da infanta D. Mariana. O fornecimento do enxoval para D. Mariana teria suscitado uma questão entre D. Vicente de Sousa Coutinho e Rose Bertin, o que levou

⁷ Vd. WEBER, Caroline – *Rainha da Moda. A roupa que Maria Antonieta usou para a Revolução*. Porto: Edições Asa, 2006, p. 124.

⁸ LIPOVESTSKY, Gilles – *O Império do efêmero. A moda e o seu destino nas sociedades modernas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 108.

⁹ Vd. WEBER, Caroline – *Ob. cit.*, p. 124.

D. Maria I a abandonar o trabalho da modista e a recorrer aos trabalhos de Madame Binet¹⁰.

O enxoval de casamento da Infanta D. Carlota Joaquina com o príncipe D. João, no dia 6 de junho de 1785, terá saído também da casa de Rose Bertin e da modista Jeanne Bécu (1743-1793), mais tarde Condessa Du Barry¹¹. Natalia Vershinina afirma mesmo que, pelo estudo das faturas do *atelier* de Rose Bertin, se conclui que as despesas dos Reis de França, da Suécia e de Portugal eram indiscutivelmente mais elevadas que as efetuadas pela grande Duquesa Russa¹².

No entanto, em Portugal, nos finais de Setecentos e inícios de Oitocentos eram ainda os alfaiates, pela documentação encontrada, que continuavam a ter um papel essencial na confeção do vestuário feminino português, embora as modistas já se tentassem impor com o seu trabalho, nomeadamente estrangeiras¹³.

Alguns dos estrangeiros residentes em Lisboa, como já referimos, dedicavam-se à confeção e ao comércio de artigos de moda, como nos confirma o esteta William Beckford numa missiva de 29 de junho de 1787, ao relatar-nos uma festa de S. Pedro dada por “ (...) aquelle simplório do conde de Villa Nova abriu na noite passada os seus jardins á aristocracia e á canalhocracia de Lisboa (...) havia um pavilhão pouco elegante para o baile, onde figuraram as mais bonitas modistas, capelistas e governantas francezas e inglezas da metrópole (...) Dois ou três dos meus creados foram com o meu alfaiate á festa, e voltaram encantados com a affabilidade e graciosas maneiras das capellistas estrangeiras e da nobreza indígena»¹⁴.

As influências estrangeiras estavam bastante presentes, não só na moda que circulava e era reproduzida por elementos de classes sociais menos elevadas, mas também nos comportamentos das senhoras portuguesas.

¹⁰ CARVALHO, Pinto de (TINOP) – *Modistas e Cabeleireiros (Século XIX)*. Lisboa: Apenas Livros, 2008, p. 19.

¹¹ LANGLADE, Émile – *La Marchande de Modes de Marie-Antoinette, Rose Bertin*. Paris: Albin Michel Éditeur, 1913. p. 178. Vd., também, [BERTIN, Rose] – *Mémoires de Mademoiselle Bertin sur la Reine Marie-Antoinette avec des notes et des éclaircissements*. Paris et Leipzig: Bossange Frères, Libraires, 1824, pp. 101-105.

¹² Vd. VERSHININA, Natalia – Rose Bertin, Marchande de Modes de La Reine Marie Antoinette, et Les Commandes de La grande-Duchesse de Russie, Maria Féodorovna. In *Fastes Réunion des Musées Nationaux de Cour et Ceremonies Royales, Le Costume de Cour en Europe, 1650-1800*. Paris: Éditions de la Reunion des Musées Nationaux, 2009, p. 240.

¹³ Vd., a propósito, MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas da indústria portuguesa no século XVIII*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Quercus Lda., 1982, pp. 299-318.

¹⁴ [BECKFORD, William] – *A Côte da Rainha D. Maria I. Correspondências de William (...)*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardozo & Irmão, 1901, p. 43.

Em 1789, um viajante anónimo francês, numa carta a um amigo parisiense dizia: «As mulheres deste reino ora são francesas, ora inglesas, ora castelhanas, ora italianas, etc., ora enfim, um misto e coleção de todas as Nações da Europa. Basta que apareça uma estrangeira com um novo vestido, penteado, mantelete, etc. para que logo todas as portuguesas, sem saber se lhes está bem ou mal, o adotem e usem cegamente. E basta que uma senhora não apareça na Assembleia, na comédia, no passeio com traje favorito, para logo ser delas demais capitulada de ridícula e antiquária»¹⁵.

Após a Revolução Francesa e tudo o que daí adveio, pensamos que o traje feminino em Portugal não aderiu tão facilmente à moda que se ia impondo. Muitas senhoras portuguesas ficaram presas aos tradicionais vestidos suportados por *donaires*, ao *robe française*, ao *robe anglaise*, ao uso excessivo de joias, volvendo-se por vezes algo anacrónicas. Tal sobreviveu bastante tempo entre nós, enquanto no exterior as linguagens neoclássicas do tempo do Diretório iam libertando os movimentos corporais da mulher do enorme peso dos trajes e tentavam aproximá-la da imagem da mulher desprendida de artifícios e adereços, realçando a linha do corpo feminino, usando tecidos transparentes e leves.

O estilo do Diretório, que veio a afirmar-se no desenho da moda Império, inicialmente espelhava mais um dos elementos propagandísticos napoleónicos, recuperando o gosto clássico e revivescendo um novo império, acabou também por modificar os hábitos e os costumes das nações europeias. Assim, o traje império não se impôs rapidamente como moda na Corte portuguesa, senão no decurso do primeiro quartel do séc. XIX¹⁶. Os *panniers*, *bambolins* ou *donaires*, que já tinham caído em desuso por toda a Europa, continuavam a predominar na corte portuguesa, nas receções oficiais e mesmo nos casamentos da aristocracia.

Eram, no entanto, os alfaiates, alguns de origem estrangeira, que continuavam a dominar a arte de confeção dos trajes femininos da corte portuguesa, fato que perdurou até às primeiras duas décadas do século seguinte, para depois conduzirem para costureiras e modistas o cuidado do vestuário feminino. Alguns destes artífices receberam mercês, alvarás

¹⁵ *Cartas de hum viajante francês a hum Am.º residente em Pariz sobre o carater e estado presente de Portugal. Traduzidas da Lingua Portugueza por um assistente em Pariz (...)*. Paris: 1789, p. 2.

¹⁶ BOUCHER, François – *Histoire du Costume en Occident de l'Antiquité a nos Jours*. Paris: Flammarion, 1965, p. 223.

e privilégios e vencimentos, designadamente Pedro Alves de Carvalho, António Fragoso; Pedro Paulo Duprat¹⁷.

Carrère referindo-se à arte da costura e à confecção de sapatos em Portugal, nos finais de Setecentos e inícios de Oitocentos, salienta um lamentável atraso: “In general the Portuguese work slowly, and every thing they execute has a clumsy inelegant appearance. If we see among them well-cut coat, or a well-made pair of shoes, it is always the work of some French and English taylor or shoemaker. They sew also very badly, and almost the good sempstress in Lisbon are Irish women”¹⁸.

Confeção e mercado de vestuário nas primeiras décadas de Oitocentos

Sophie Benard, que residiu em Portugal entre 1801 e 1803, queixava-se de não haver em Lisboa um mercado de artigos de moda onde se pudesse comprar toucas, véus, flores, penas e outras coisas do género. As senhoras da alta sociedade encomendavam da Inglaterra as roupas e vestiam-se geralmente segundo a moda inglesa¹⁹.

Os elementos femininos da corte portuguesa abasteciam-se nas lojas dos mercadores, que lhe sortiam as últimas novidades da moda (fazendas, peles, fitas, adornos, etc.), como Henrique Carlos da Cunha Lobo, mercador com loja, de D. Carlota Joaquina e de D. Francisca Benedita²⁰ ou de D. Vitória Ardisson, mercadora de D. Carlota Joaquina²¹.

¹⁷ Sobre alguns dados biográficos destes alfaiates, vd. MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *O Traje Feminino em Portugal na primeira: mercado e evolução da moda*. Porto: [s. n.], 2014, Porto, Dissertação de Doutoramento em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol.1, pp. 144-145.

¹⁸ [CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François] – *A picture of Lisbon, taken on the spot: being a description moral, civil, political, physical and religious, of that capital; with sketches of the government character and manners of the portuguese in general (...)* by a Gentleman. London: printed for Henry Colburn, 1809, pp. 206-207.

¹⁹ BERNARD, Sofie – *Briefe ueber England und Portugal an einen, von (...) geb.* Gad. Hamburg: Auguste Campe, 1808. Cit. por KULMACZ, Maria Clara Loureiro Borges Paulino – *Arte e Património em Portugal: olhares norte-europeus (da segunda metade do século XVIII a meados do século XIX)*. Porto: [s. n.], 2002. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 2, p. 40-41.

²⁰ Cf. Biblioteca da Ajuda (B. A.), *Conta de fazenda para o Guarda Roupas da Princesa Nossa Senhora [D. Francisca Benedita] comprou Francisco de Almeida no mês de Outubro de 1803*, 54-X-17, n.º 71.

²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Nota Geral dos Artigos abaixo mencionados que os Officiais da Superintendência Geral dos Contrabandos, apreenderão na Caza de D. Victoria Ardisson Mercadora de S. A. Re, a Serenissima Senhora D. Carlota Joaquina de

Para além dos mercadores, também as capelistas²², tal como os sapateiros²³, tinham um papel significativo neste mercado da moda. No entanto continuavam a ser os alfaiates a dominar a confeção de vestuário quer masculino, quer feminino, alguns chegando mesmo a servir as damas da corte portuguesa. Destacamos alguns: Domingos de Almeida, António, o Francês; Lambert Joze Baux; Carlos Baker, Charles Revot, Sebastião Duprat, etc²⁴. Em 1807, o nº de mestres alfaiates com lojas era 448²⁵.

Para ornamentar os trajes, era solicitado também o serviço dos bordadores, (uma atividade ainda no domínio das mãos masculinas), como António José de Carvalho, que trabalhou para D. Carlota Joaquina e para D. Francisca Benedita²⁶. Alguns alfaiates chegavam a deslocar-se a casa das clientes²⁷.

Como país periférico, Portugal continuava a absorver todas as novidades vindas do estrangeiro. Os trajes, onde eram realçadas e pressentidas as formas femininas, eram introduzidos em Portugal através das muitas artistas estrangeiras que passavam pelo palco do S. Carlos, geralmente italianas, e pelas mulheres de muitos estrangeiros que se tinham estabelecido no país, de alguns ministros e embaixadores franceses ou de comerciantes ricos, que tanto vieram alterar os gostos das portuguesas mais discretas, mas que muito contribuíram para as mudanças das vestes femininas.

A forte intervenção de um Superintendente Diogo Inácio de Pina Manique e a crítica feroz dos moralistas a tudo o que vinha de terras francesas contribuíram para que a moda do Diretório demorasse a ser aceite, principalmente até 1805, abrindo-se, então, caminho para a sua vulgarização.

Bourbon de 19 de setembro de 1809. *In Título de Propriedades da casa em Portugal e no Brasil, (1743 a 1833).*

²² Vd, a propósito, B. A., *Conta das despesas e compras que tenho feito para o Guarda Roupas da Princesa Nossa Senhora em mês de Setembro de 1803*, 54-X-17, nº 68.

²³ Sobre este assunto, Vd. B. A., *Rol da obra de que Telmo Luis fez a Serenissima D. Francisca Benedita*, 54-X- 17, nº 80.

²⁴ Vd., a propósito, MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *Ob. cit.*, vol.1, pp. 145-146.

²⁵ Cf. *Almanach do Anno de (...)*. Lisboa: Imprensa Régia, 1807, pp. 635-636.

²⁶ Cf. Arquivo Histórico da Casa Imperial do Brasil (A.H.C.I.B.), *Conta das despesas feitas com o guarda-roupa de D. Carlota Joaquina*, Ms.10, doc. 147; B. A., *Conta da Despesa que se fez em bordar um vestido da Serenissima Princesa do Brasil (D. Maria Francisca Benedita)*, 54-X-17, nº 50 f. Também o bordador Pedro António Nolasco, em 1795, foi o responsável pelo bordado do uniforme dos criados da Casa Real. Cf. Biblioteca Nacional Digital, Avisos Régios e outros papéis (1780-1799). *In* [\(http://purl.pt/16961_\(2011\)\)](http://purl.pt/16961_(2011)) (2011; 20.03; 18 h).

²⁷ Encontramos alguns recibos de alfaiates o registo do aluguer de seges. Cf. B. A., *Conta da Obra que tenho feito para a princesa viúva (D. Maria Francisca Benedita)*, 54-X-17, nº 71.

O Intendente, por mais medidas que tomasse e ofícios que remetesse ao Governo, não conseguia deter as vagas contínuas de modas, culpabilizando as modistas pela sua difusão, que tendiam a alastrar, pelo que num edital de 12 de Março de 1804, dirigindo-se a um corregedor de um bairro afirma: «(...) consta q. algumas Alfayatas, denominadas Modistas, inventão diariamem.^{te} modas de vestidos p.^a pessoas do Sexo feminino, espalhando bonecas q. fazem, e outras vezes figurinhas em pintura, p.^a cujo fim tem ganhado alguns Artistas; cujas modas tem levado ao ponto de fazerem com q. algumas das m.^{mas} pessoas apareção no publico quasi nuas, e em trages tão indecentes, q. escandalisção a modestia e provocão os homens a fins libidinosos. V. m.^{ce} portanto chamará á sua presença as d.^{as} Alfayatas, ou Modistas q. assistirem no seu Bairro, e depois de as advertir seriam.^{te} para se absterem de fazer vestidos a pessoas do Sexo feminino, de forma q. ofenda a modéstia e a S.^{ta} Religião, q. temos a fortuna de professar, e emfim alheios daq.^{le} character e gravid.^e q. tanto se onrou sempre a Nação Portugueza, lhes fará assignár termo em q. se obriguem á execução do ref.^o, e debaicho da penna, no caso q. continuem a praticar, o q. se lhes prohibe, de serem reclusa na casa de Correccão do Cast.^o de S. Jorge desta Cid.^e, depois de V.m.^{ce} os julgár p.^r Sent.^a, os remeterá á Secret.^a desta Intend.^a juntam.^{te} com huma relação dos nomes, moradas das ref.^{as} Alfayatas, ou Modistas (...)»²⁸.

Nada impedia que as alfaiatas ou modistas divulgassem e estimulassem o uso de novos modelos e que as senhoras mais atentas continuassem a usar os das modas proscritas, em ambientes privados. Apesar de todos os esforços e perseguições, a força policial não conseguiu vencer as novidades e estas acabaram por se impor no gosto vigente.

Na primeira década de Oitocentos, apenas encontrámos referências sobre três modistas: Ana Harris, Madame Rivotti e Eleonor Bodart²⁹.

Entretanto, a repentina mudança da Corte Portuguesa para o Brasil provocou diversas transformações ao nível cultural, económico, social, etc. Ao ir para o Brasil, a Corte levou grande parte da velha aristocracia, formando-se na capital uma outra corte – “a de Junot” – com toda a sua opulência. A alta burguesia, grande parte da nobreza que ficara e toda a gente notável de Lisboa passaram a privar com o General, frequentando

²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Cópia de um ofício de Diogo Inácio Pina Manique ao corregedor de um bairro, determinando que proíba às costureiras de fazerem vestidos que ofendam a modéstia, caso reincidam que as meta na casa de reclusão do Castelo de São Jorge, 12 de Março de 1804. In *Condes de Linhares*, Ms. 90/100.

²⁹ Vd., a propósito, MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de Morais – *Ob. cit.*, vol.1, pp. 148-151.

as suas festas e saraus onde participavam os altos funcionários franceses. Os salões enchiam-se de mulheres elegantes que se exibiam em todo o seu esplendor, de maneira a evidenciar o seu poder económico e posição social. Os próprios pais e maridos fomentavam o seu luxo, pois indiretamente também eles eram avaliados e reconhecidos pelas suas fortunas, o que lhes facilitava a sua subida na hierarquia social. A nobreza, por sua vez, ao oferecer o seu apoio aos franceses, ambicionava recuperar a sua hegemonia. Poucos foram os nobres conservadores que se recolheram longe dos invasores nas suas casas de província ou arredores de Lisboa, todas as senhoras e cavalheiros da aristocracia e sociedade eram assíduos na companhia dos franceses.

Com as Invasões e a ida da Corte para o Brasil, a verdade é que a moda em Portugal estagnou, circulando apenas em ambientes restritos. Repetiu-se a linha do traje império quase até à exaustão. Em relação ao mercado dos profissionais da moda, em Lisboa parece ter estado um pouco inativo até à segunda década do séc. XIX.

A confeção de peças de roupa com qualidade, sem serem feitas por medida, já existia nos inícios de Oitocentos³⁰. As senhoras com algum poder económico podiam adquirir peças de roupa pré-confeccionadas e depois adorná-las, a seu gosto, em casa, dando-lhes um acabamento pessoal, apropriado às suas preferências.

No Brasil, D. Carlota Joaquina continuava a fornecer-se da mercadora D. Vitória Ardisson. Seu marido, João Baptista Ardisson, fez importantes serviços ao trono Português desde 1807 e, no regresso de D. Fernando VII a Espanha, passou a residir em Madrid e foi incumbido de levar a correspondência aos reis portugueses ao Rio de Janeiro, pedindo a mão da Infantas D. Maria Isabel e de D. Francisca. Em 1816, D. Carlota Joaquina incumbiu-o de ir a Paris comprar vestidos e joias para as infantas noivas, despesas assumidas por João Baptista Ardisson e que nunca lhe foram pagas³¹.

Apesar dos anos após a revolução liberal de 1820 serem conturbados e fraturados por rivalidades políticas entre liberais e absolutistas, o fato é que o regresso da Família Real e de muitos nobres emigrados contribuiu para que as festas e reuniões não esmorecessem e a moda tivesse que acompanhar as sociabilidades.

³⁰ Vd. A.N.T.T., Nota Geral dos Artigos abaixo mencionados que os Officiais (...), *ob. cit.*

³¹ Vd., a propósito, Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P.), *João Baptista Ardisson. Papeis sobre uma dívida da Rainha D. Carlota Joaquina, por compra de vestidos e jóias para as infantas noivas, em 1816. Requerimento de 1839, Ms. 33, nº 3-6.*

Tal como tinha acontecido na cidade do Rio de Janeiro, com o reforço comercial e de amizade com França em 1816, findo o Congresso de Viena, muitos foram os franceses que se estabeleceram nesta cidade com as suas diferentes atividades: modistas, alfaiates, floristas, livreiros, cabeleireiros, negociantes de perfumes, professores, músicos e bailarinos, sendo o comércio mais significativo, o da moda e de tecidos, como os registos de estrangeiros da Intendência da Policia confirmam³². Alguns destes estrangeiros chegaram a trabalhar para a corte no Brasil, como o alfaiate Mr. Gudin que, em 1820, se apresentava como *Alfaiate de S. A., a Princesa Real*, ou Madame Josephine Meunier, modista de D. Leopoldina³³. Apresentamos alguns nomes de modistas e alfaiates, por nós estudadas, durante a época da estadia da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro: Senhoras Dumont, Madame Chabry, Mr. Cezar Bouliech, Madame de Lussan, Madame Tachoyssin, Madame Hannah Harris, Mesdames Suisse e Neveu, Mr. Fregere, Madame Ablon, Mulher do Cabeleireiro Catelineau, Madame Francisca Muller³⁴.

Tal como no Rio de Janeiro, as modistas e cabeleireiros e comerciantes de moda, de origem principalmente francesa, vão multiplicar-se por Lisboa, nomeadamente a partir da segunda década do século XIX.

Algumas modistas chegam a Portugal após terem residido em terras brasileiras, como Madame Toussaint, cujo marido, Auguste Toussaint, se intitulava professor de dança de salão e de pantomima da grande Ópera de Paris e do Teatro de S. João do Rio de Janeiro³⁵.

O moralista José Daniel Rodrigues da Costa, em 1819, criticava a invasão da cidade por estes artífices, que corrompiam a conduta da mulher portuguesa:

*(...) Como armãdilhas taes vem esta gente
Na vasante esperar a grossa enchente (...)
Estrangeiras Modistas se apresentam,
Com letreiro á janella do que inventão;
Que as Modistas de cá, bem que trabalham,
Á vista das de fora já não calhão (...)
Porque lhe basta o nome de Estrangeiro,
Para abrir loja, e ser afortunado.
Veio do seu paiz esporeado,*

³² SILVA, Camila Borges da – *O símbolo Indumentário, distinção e Prestigio no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010, p. 59.

³³ Vd. a propósito, MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de Morais – *Ob. cit.*, vol. I, pp. 149-156 e vol. 2, pp. 6-16.

³⁴ IDEM, *Ibidem*.

³⁵ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 79 (2 de Abril de 1833), [s. p.].

*Chegou aqui, poz loja de vestidos; (...)
 Tem fato para magro, e para gordo,
 Té desaparecer, pondo-se a bordo:
 Caridade em tal gente sempre luz,
 Pois vem a Portugal vestir os nus.
 Mas dizem muitas línguas maldizentes
 Que ellas não vestem, vem despir as entes (...)*³⁶.

Não eram só os moralizadores a contestarem o trabalho das modistas e a forma como se publicitavam. Outros comerciantes reclamavam daqueles que assistiam a uma concorrência desleal, como, as capelistas³⁷. Em 1820, num requerimento à Junta do Comércio, cerca de 45 capelistas da capital pediam que fossem tomadas algumas providências, contra o prejuízo provocado pelo um grande número de lojas de modistas, um número que excedia o triplo ou quádruplo das lojas das requerentes³⁸.

As inovações iam chegando, entretanto, à capital portuguesa. Joaquim Adrião Pereira, em 1820, apresenta-se como o primeiro alfaiate português de armazém nacional de fato feito, por *Graça de Sua Magestade*³⁹.

Os mercadores de venda de fazendas há muito se queixavam de os alfaiates poderem comprar as matérias do seu ofício em venda por atacado, um direito que lhes tinha sido mantido por resoluções régias de 28 de outubro e 11 de novembro de 1817, perdendo, assim, a proteção que lhes tinha sido concedida até então, já que para eles era mais favorável a venda de tecidos de fora a retalho. Ainda, acusavam os alfaiates de poderem vender obra feita a menor custo, por não pagarem direitos, pelo que requereram «Sobre a Consulta do Senado da Câmara respeita aos requerim.^{tos} da Meza do Bem Commum, e dos Mercadores da Lãa e Seda em q. se queixão da faculd.^e concedida aos Alfaiates para poderem vender obra feita»⁴⁰.

A possibilidade dos alfaiates, bem como dos algibebe, de comercializar fato feito, já tinha sido concedida por ordem das Cortes à Regência de 15 de Março de 1821, com algumas considerações: na exclusividade de fazerem

³⁶ COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Portugal Enfermo e abusos de Ambos os sexos*. Lisboa: Impressão Regia, 1819, pp. 20-21.

³⁷ REICHARD, M. - *An itinerary of Spain and Portugal, or a complete guide to travellers through those countries*. London: Samuel Leigh, 1820, p. 248.

³⁸ Cf. SANTANA, Francisco – *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa (1755- 1804)*. Lisboa: Câmara Municipal, vol. 1, 1976, p. 230.

³⁹ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Impressão Régia. 235 (29 de Setembro de 1820), [s. p.].

⁴⁰ SANTANA, Francisco – *Ob. cit.*, vol. 1, pp. 238-239.

fatos por medida era unicamente da responsabilidade dos alfaiates, a mão-de-obra tinha que ser nacional, assim como as fazendas⁴¹.

Sobre este assunto, as Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa, por *Ordem das Côrtes à Regência sobre Vendilhões, Modistas e Adellas e Alfaiates* de 18 de junho de 1821, acerca de ser ou não permitido os alfaiates de venderem fato feito e às modistas, adelas e vendilhões de comercializarem fazendas decidem: “(...) que quanto aos Alfayates se observe a Ordem emanada deste Congresso, em data de 15 de Março, do corrente anno, a favor da liberdade de vendas, e as Regias Resoluções de 29 de Outubro, e 11 de Novembro de 1817, pelos quaes forão os mesmos Alfayates mantidos na posse de comprarem as matérias do seu Officio; bem como hé concedido aos outros artificies, ficando o mesmo direito facultado às Modistas, que tem Lojas, ou Armazens estabelecidos, com tanto, que se conformem com as disposições competentes sob a fiscalização do Senado, habilitando-se e contribuindo para os públicos encargos na forma da legislação aplicável (...)»⁴².

Nesse mesmo ano, numa publicação da Imprensa Nacional, sobre importantes considerações acerca o contrabando e mercado nacional, é referido existir uma certa estagnação no papel das corporações dos officios e do comércio, para o qual muito terá contribuído o “ (...) formigueiro das casas de modas estabelecidas nos melhores locais desta Capital; para qualquer parte que se volvão os olhos, hum grande retábulo, ou tabolleta fixa a atenção dos curiosos; alli anuncia Mad.^{me} tal...., que he fazedeira de modas; subindo a escada, se encontra hum magnifico armazém ricamente mobilado e cheio de enfeites de todas as castas, magnificas sedas (...) que no armazém de Mad.^{me} tal ...valem como o ouro em barra, porque são feitos pelas delicadíssimas mãos da sua costureira, acabada de chegar de Paris, carregada com os últimos folhetos. Mad.^{me} tal...não é única na Capital; o contagio propagou-se, há mais vinte ou trinta da sua profissão, todas estrangeiras e mui solidamente estabelecidas nos seus depozitos, ou para melhor dizer, covia, que servem de asylo a quantos contrabandos se

⁴¹ Cf. *Collecção dos Decretos, Resoluções e Ordens das Côrtes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portugueza; desde a sua installação em 26 de Janeiro de 1821*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822. Partes 1-2, p. 30. Há muito que os algibebes tinham entrado neste mercado de fato feito, mas com a venda de peças de vestuário de menor qualidade e confeção com medidas “a olho”, destinadas a um público com menos recursos económicas.

⁴² IDEM, *Ibidem*, pp. 101-102.

introduzem na Capital»⁴³. Acusavam-nas, ainda, de conduzirem os maridos à ruína, pelas suas mulheres gastarem exorbitâncias com as modistas.

Marianne Baillie, quando visitou Portugal, ao pronunciar-se sobre o trabalho das modistas de Lisboa, considerou que o talento destas era muito inferior ao das de Paris e de Londres⁴⁴.

A ano de “(...) 1822 marca um acontecimento importante nas modas femininas portuguesas. Foi n’esse ano que as senhoras principiaram a trazer as cinturas compridas, modismo que custou imensamente a entrar nos costumes. O jornal – O Toucador – em que escreveu Garrett – matraqueava a costumeira, charivarisava-a com bromas esquinadas, dizendo que seria sempre renovada pelo bom gosto e que “a muitas damas tornaria derrengadas bonecas e desconchavados manequins»⁴⁵.

A indumentária feminina já tinha começado a mudar desde 1819: a cintura que durante tanto tempo fora alta começara a descer até à sua posição normal. Somente, por volta de 1822, o retorno da cintura ao local correto começou a ser aceite pelas damas portuguesas. Apenas em 1825, foi definitivamente adotado. Casos houve, em que em certas alturas, a mulher portuguesa, teve que adaptar as tendências impostas pela moda estrangeira á realidade do país, adaptando-a às perturbações políticas, económica e até moral, tornando-a, muitas vezes, característica de uma especial iconologia estética. Com o advento da Constituição, a mulher portuguesa optou por usar o azul e branco, como cores da moda, nos vários acessórios: chapéus, fitas, plumas e echarpes. Havia mesmo fitas tecidas com mensagens e emblemas alegóricos⁴⁶.

Embora toda esta instabilidade política perdurasse em Portugal, as influências românticas na indumentária feminina iam-se estabelecendo de uma forma lenta. A cor começava a imperar no gosto dos trajes de baile das senhoras portuguesas.

Lisboa estava muito animada, com bailes, teatros e muitas partidas. As festas iam-se multiplicando nas Assembleias, nos teatros, nas festas oferecidas por negociantes ricos, como Conde Farrobo e António Amorim

⁴³ *Considerações importantes sobre o Papel-Moeda, Divida Publica, Contrabandos, Alfandegas, Industria, e Commercio Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 65.

⁴⁴ BAILLIE, Marianne – *Lisbon in the years 1821, 1822, and 1823*. London: John Murray, 1824, vol I, pp. 174-175. Ainda faz alusão à existência de muitas mulheres contrabandistas, entre as adelas e vendedoras ambulantes.

⁴⁵ CARVALHO, Pinto de – *Elegantes e Mundanidades. O espartilho e a Sombrinha*, In *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa: Typ da Companhia Sociedade Editora. 66 (16 de Outubro de 1901), p. 281.

⁴⁶ SOUSA, Alberto de – *História do Trajo em Portugal*. Porto: Lello & Irmão, 1938, p. 55.

Viana, nas embaixadas, nas festas da família Fronteira e Alorna, que abria às portas aos muitos amigos regressados do Brasil. Os que iam regressando também retribuía com grandes festividades.

Proliferação de agentes de moda

A partir principalmente de 1825 e, com maior intensidade após 1830, existe uma proliferação de lojas de modistas, cabeleireiros, sapateiros, chapeleiros, etc., de origem francesa, que se apresentam como os grandes divulgadores e fornecedores dos artigos de moda.

Baseados nas informações recolhidas neste estudo, quando chegavam a Portugal, estes profissionais divulgavam a sua chegada, o local onde estavam estabelecidos e as novidades que traziam, através de periódicos de Lisboa, nomeadamente, na *Gazeta de Lisboa*, *O Nacional*, etc., sobretudo a partir dos meados da segunda década de Oitocentos e, principalmente, após o regresso da Corte. Sempre que mudavam o local da sua loja, armazém ou *atelier*, informavam através da secção *Avisos* ou *Anúncios* dos jornais da época. O papel dos almanaques da cidade também permitia ter conhecimento sobre os agentes de moda⁴⁷.

As zonas mais pretendidas para o florescimento dos negócios de todos estes criadores da arte de confeção, diretamente ligados à venda de artigos de moda e à fixação das modistas estrangeiras, eram, sem dúvida, as da Baixa e do Chiado. Iniciavam, por vezes, a sua atividade noutras locais da cidade, para logo que as condições o possibilitassem, se mudarem para a zona mais prestigiada, o centro da moda.

Os estabelecimentos de onde saíam as novidades começaram a ter serviços de maior qualidade, impondo a sua imagem de marca e de exclusividade, geralmente associada ao nome de alfaiates, modistas e cabeleireiros estrangeiros que ligavam a sua profissão ao negócio de artigos de moda, geralmente de importação. Por vezes anunciavam o comércio de mercadorias, que nada tinham a ver com a sua atividade principal. Não é difícil encontrar uma modista a vender objetos de decoração, pomadas, perfumaria, móveis, etc.⁴⁸

⁴⁷ Através destes anúncios podemos obter muitas informações sobre a moda que circulava na época, os locais de venda, tornando-se documentos essenciais para o seu estudo. Apresentamos estes avisos no vol. 2 da nossa Tese de Doutoramento, anexo 1, pp. 5-73. Também expomos os avisos que saíram nos periódicos da cidade do Porto, assim como do Rio de Janeiro.

⁴⁸ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 33 (8 de Fevereiro de 1832), p. 166.

Reconhecendo os proveitos obtidos a partir das estratégias publicitárias dos estrangeiros, vários portugueses acabaram por também aderir a este tipo de propaganda, desejando atrair uma maior clientela, pois tudo o que era estrangeiro animava a sociedade.

Surge, depois, a tentativa de salvaguardar o negócio de todos aqueles que estavam legalmente estabelecidos com lojas e comercializavam todos os géneros de artigos sob direito, pagando as devidas licenças e para dar resposta às solicitações dos mercadores de outras corporações, que se sentiam lesados, em 26 de julho de 1826, por *Alvará com força de Lei, Porque Vossa Magestade Ha por bem fixar o género de industria, e artigos de venda permitidos aos Offícios de Algibebes e Alfaiate, e às Modistas, Adêllos, e Vendilhões, e declarar as condições com que lhes são facultada*⁴⁹. Isto porque o seu negócio estava a ser prejudicado por concorrência desleal.

A falta de publicações portuguesas dedicadas à moda, com exceção do *Correio das Modas* ou *O Toucador*, até à segunda metade da década de 1830, fez com que muitas das ilustrações que circulassem fossem de origem estrangeira. Foram os próprios comerciantes de moda, que vulgarizavam a reprodução colorida dos modelos franceses e ingleses, tornando-os acessíveis ao público em geral. Por exemplo, a modista Madame Burnay, em 1827, avisava que vendia estampas com figurinos de moda, reproduzidas e litografadas a partir do original, o *Petit Courrier de Dames, et Journal de Modes*, que podiam se enviadas para todo o país⁵⁰. Estas publicações trazidas e comercializados pelas modistas vulgarizavam também a reprodução colorida dos modelos franceses e ingleses.

A divulgação dos figurinos de moda estrangeiros era um bom veículo de inspiração não só para modistas portuguesas, mas para todo um universo de clientes atentas às novas tendências que circulavam fora do país.

O incremento do consumo de artigos estrangeiros estimulado por estes profissionais, em proteção dos artigos de produção nacional, levou a que o padre Alvito Buella Pereira de Miranda, num dos números da *Defesa de Portugal*, ainda em 1833, acusasse os próprios miguelistas de falta de patriotismo nas suas escolhas de consumo: “(...) Serão Vossas Mercês realistas, mas de certo não são Portugueses! 6.º Vossas Mercês vestem-se assim no interior, como no exterior, de pannos estrangeiros, tendo nas Fábricas, e Teares de Portugal pannos de qualidade, ou para camisas, ou saias, ou para casacas, e calças, ou para outra qualquer espécie de vestido de dous sexos, não se sortirem, como para venderem (...) 12.º Vossas Mercês

⁴⁹ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Impressão Régia. 177 (31 de julho de 1831), [s. p.].

⁵⁰ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Impressão Régia. 174 (26 de Julho de 1827), pp. 1003-1004.

até às Cartas de Jogar, e Cartas vergonhosas comprão aos estrangeiros: Até pagão às Modistas estrangeiras, Modistas não só de fato, como de torpezas (...) Vossas Mercês serão Realistas, mas Portuguezes de certo não!»⁵¹.

Com o fim da Guerra Civil em 1834, muitos liberais regressam a Portugal enriquecendo a sociedade esmorecida pelos conflitos. Surge também uma profusão de títulos e benesses como recompensa pelos serviços militares ou apoio financeiro à causa liberal, fossem eles banqueiros, homens de negócios, capitalistas ou mesmo “brasileiros” que exibiam, com aparato, a sua riqueza. Associado à ostentação e *status* do indivíduo, estava o lazer e o consumir o tempo em coisas supérfluas, uma das formas mais expressivas de demonstrar que o trabalho pertencia apenas às camadas sociais mais baixas. Os comportamentos destes novos grupos levaram ao aparecimento, no meio urbano, de novos espaços de convívio e novas práticas de conduta e de aparência. A vida das elites começa a ser ritmada por relações de carácter mundano, procurando cada vez mais recintos fechados, em detrimento de espaços abertos, esferas privadas muito propícias à imitação e à rivalidade.

Para tantos convívios, as senhoras e meninas empenhavam-se em cuidar da beleza e aparência. A moda sofreu os impulsos dos novos gostos, enchendo-se de enfeites e fantasias e para isso muito contribuíram os profissionais da arte de confeção. A partir do Romantismo, “ (...) Para servirem os caprichos e exigências do sexo, nunca faltaram as modistas de primo quartel, quase todas arrogando-se a qualidade de fornecedoras da Casa Real. E, como não podia deixar de ser, no Chiado é que se encontrava o principal viveiro dessas madamas, mestras consagradas na arte do transformismo (...)»⁵².

De 1825 a 1850 as modistas mais em voga e que mais se publicitavam nos periódicos eram: Madame Liné, Madame De Latour, Madame Elisa Augusta, Madame Duprat, Madame Sardin, Madame Burnay, Madame Olivier Botto, Madame Cecilia Gerard, Madame Moreau, Madame Toussaint, Madame Lombré, Madame Levaillant, Madame Perrin, Madame Croiset, Miss Collins, Madame Huguet, Madame Hermann, Mademoiselle Elisa Gautier, Madame Aline Neuville, entre outras⁵³.

⁵¹ MIRANDA, Alvito Buela Pereira de (red.) – *Defeza de Portugal: Semanario Periodico Politico e Moral*, Lisboa: Imprensa Régia, 45 (1833), p. 9.

⁵² COSTA, Mário – *O Chiado Pitoresco e Elegante: história, figuras, usos e costumes*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 288.

⁵³ Por ser impossível apresentar neste artigo todos elementos biográficos sobre estas criadoras, durante a época estudada. Vd., a propósito, MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de Morais – *Ob. cit.*, vol.1, pp. 161-196.

D. Maria II, no entanto, ainda recorria aos serviços dos seus alfaiates particulares, em 1834. Depois da época conturbada na Invita, durante o Cerco, Bernardo Coelho de Lemos que, em 1833, era registado no Livro de Passaportes como *Alfaiate de S. M. o Imperador*⁵⁴. No ano seguinte, recebeu alvará de D. Maria II, como Alfaiate de Sua Real Pessoa⁵⁵.

Após o Cerco do Porto e, num contexto de uma cidade em mudança e crescimento económico, muitas modistas e cabeleireiros, apercebendo-se das novas oportunidades de negócio, mudaram-se para Invita, como o caso de Madame Villaret⁵⁶. Algumas estabeleciam-se por algum curtos espaços de tempo no Porto, regressando a Lisboa quando do escoamento das mercadorias, permanecendo em hotéis ou hospedarias. É o caso de Eliza Gautier⁵⁷.

A importância das modistas e das modas que circulavam influenciava de tal modo o *modus vivendi* da sociedade portuguesa que, em 1835, um liberal enviou uma carta a D. Miguel, intitulada *Sexta carta dirigida a D. Miguel Maria do Patrocinio, ex-infante de Portugal e rei-chegou dos affamados zurristas, na qual se discorre sobre a extravagancia das modas actuaes, e sobre a franco-mania dos portuguezes de ambos os sexos, modistas e outros muitos estrangeiros em Lisboa, etc.*⁵⁸

Nesse mesmo ano, as publicações portuguesas sobre modas, que parecem ter caído no esquecimento durante alguns anos, voltam a animar a frivolidade das portuguesas com o aparecimento de *O Recreio, Jornal das famílias*, seguido de outros editoriais.

Se a Guerra Civil fora determinante na alteração da moda, a consequente pressão liberal instalada na sociedade portuguesa e o casamento de D. Maria II com D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gota não foram de menor importância. Não admira que o seu traje se ajustasse às formas de um primeiro romantismo, que perdura até aos anos 1839-1840⁵⁹.

Ainda, em 1837, no *Correio das Damas*, numa *Advertência às Modistas Revolucionárias*, contra as modas extravagantes que corrompiam as

⁵⁴ Arquivo Distrital do Porto (A.D.P.), *Livro de Passaportes dados na Policia Preventiva do Porto*, L.º 2, n.º 255, fl. 255.

⁵⁵ A.N.T.T., *Registo Geral de Mercês*, D. Maria II, L.º 1, fl. 137 v. e 138.

⁵⁶ Madame Villaret publicou uma 2.ª edição do *Esboço sobre os Espartilhos ou arte de dissimular as imperfeições da natureza por Madame Villaret, modista e costureira de Paris*. Vd. MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *Ob. cit.*, vol. 1, pp. 181-184 e vol. 2, p. 183.

⁵⁷ *Periódico dos Pobres do Porto*. Porto: Imprensa da Rua dos Lavadouros. 159 (1 de Julho de 1850), [s. p.].

⁵⁸ Este documento foi requisitado na Biblioteca Municipal do Porto, mas não foi encontrado.

⁵⁹ BLUM, Stella – *Fashion and Costumes from Godey's Lady's Book*. New York: Dover Publication, 1985, p. 3.

mulheres avisava “(...) sendo preciso das auctoridades competentes a execução do disposto no Edital da Intendência Geral da policia de 12 de Março de 1804 (...) Nada de entusiasmo louco...nada de revoluções. A lei será respeitada...e o Edital de 1804 cumprido em 1838, se para isso houver motivo. Basta de advertência”⁶⁰.

Estas modistas faziam propaganda nos periódicos sob diferentes registos, quer como proprietárias de armazéns de moda e fazendas, quer como costureiras-modistas, bordadeiras, chapeleiras ou fabricantes de coletes, etc. Era usual que algumas detivessem uma maior aptidão para a confeção de um determinado género de roupa ou adereço, como *lingerie*, chapéus, luvas, etc. tornando-se autênticas especialistas e mesmo fabricantes⁶¹. Assim, por exemplo, Madame Villaret, para além de ser perita em chapéus, também famosos eram os seus *Coletes Higiênicos á Villaret*, assim como os espartilhos de Madame Arrigali ou, mesmo os chapéus de Madame Elisa Augusta.

A partir do momento em que as modistas recebiam novas mercadorias diretamente de França ou Londres, apressavam-se a anunciá-las⁶². Mas não se limitavam a receber as mercadorias. Iam, uma ou mais vezes, a Paris ou Londres abastecer-se, trazendo para os seus armazéns de moda e *ateliers*, novos modelos para futuras confeções⁶³. Comunicavam que, quem quisesse os seus serviços para todo o país, ou mesmo para o Brasil, podê-lo-ia fazer, também, através de encomendas⁶⁴.

Muitas delas estavam associadas ao estabelecimento comercial do marido, que poderia ser cabeleireiro ou mesmo alfaiate ou um mero lojista, tal como Madame Huguet, modista Fabricante dos coletes da Real Casa, cujo marido: «Huguet, Cabelleireiro Largo das duas Igrejas (vulgo do Loreto) n.º 7 com armazém de perfumarias, luvas do Porto e varias fazendas (...) Madame Huguet continua igualmente com casa de modas fabrica de gravatas e coletes»⁶⁵.

Os casais de negociantes da época estavam unidos, não só pela união das alianças, mas também pelo gosto pela moda. O marido da reputada modista Madame Clementine Levaillant, Pedro Estalisnau Levaillant,

⁶⁰ *O Correio das Damas: jornal de literatura e de Modas*. Lisboa: Typ. Lisbonense. 23 (1 de Dezembro de 1837), p. 184.

⁶¹ Cf. *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 207 (18 de Outubro de 1825), p. 1016.

⁶² *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 278 (24 de Dezembro de 1830), p. 1130.

⁶³ *Chronica Constitucional*. Lisboa: Imprensa Régia. 114 (5 de Dezembro de 1833), p. 638.

⁶⁴ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 226 (13 de Novembro de 1824), p. 1276.

⁶⁵ *O Nacional*. Lisboa: Typ. Lisbonense. 1641 (7 de Julho de 1840). Cf. A.N.T.T.- *Registo Geral de Mercês*, D. Maria II, L.º 16, f. 143 v.

por exemplo, intitulava-se como modisto⁶⁶, que podia ter dois significados: aquele que confeccionava roupas femininas profissionalmente ou dirigia um *atelier* de costura ou, ainda, marido ou companheiro de modista.

Muitas destas modistas chegavam a Portugal acompanhadas de outros elementos familiares, como o caso de Madame Sardin, que veio acompanhada por duas filhas, Atanásia e Cecília Gerard⁶⁷, criando a firma *Sardin filhas & Companhia* ou Madame Hermann que chegou de Paris acompanhada de duas senhoras das mais competentes⁶⁸.

Outras criavam a sua própria firma como Madame Josephine Olivier Botto, neste caso após a morte do marido, Manuel Maria Donas Botto⁶⁹. «No armazem de modas de Madama *Olivier Botto* e Companhia, rua nova do *Almada* Nº 28, junto ao *Pote das Almas* (...)»⁷⁰. Estas modistas, com regularidade, empregavam costureiras que confeccionavam o trabalho mais penoso, pelo que alguns avisos também eram usados para recrutar outros profissionais, como costureiras⁷¹.

Pelo que anúncios evidenciam, os estrangeiros, afastados do seu país, tentavam apoiar-se reciprocamente, abrigando e mesmo dando emprego a muitas colegas de profissão e compatriotas, sem prejuízo de, mais tarde, se emanciparem e tentarem estabelecer-se por sua própria iniciativa: «Madame *Josephine*, modista *Franceza*, tendo-se retirado da casa de Madame Perren, oferece o seu préstimo pelo tempo que persistir nesta Cidade às Senhoras (...)»⁷². Era usual recorrerem ao nome do antigo empregador, para lhes dar credibilidade, quando estes já celebrizavam as suas confeções ao vestirem as figuras de maior notoriedade na sociedade. Madame Levaillant veio trabalhar para o *atelier* da ilustre Madame Mariana Burnay⁷³, como

⁶⁶ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 33 (7 de Fevereiro de 1833), p. 166.

⁶⁷ Vd., a propósito, *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 155 (5 de Julho de 1826); *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 165 (14 de Julho de 1827), p. 968; MATOS, Lourenço Correia de – *Ob. cit.*, p. 154.

⁶⁸ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 89 (16 de Abril de 1833), p. 357.

⁶⁹ Vd., a propósito: A.N.T.T., *Requerimento em que é autor José Midosi & Filho e réu Maria Josefina Olivier Boto*, Código de referência: PT/TT/TCPI/C/010/32/23.

⁷⁰ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 302 (22 de Dezembro de 1831), p. 1306.

⁷¹ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 242 (12 de Outubro de 1827), [s. p.].

⁷² *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 143 (19 de Junho de 1830), p. 580.

⁷³ Madame Burnay, em 18 de agosto de 1824, obteve o alvará da modista de D. Maria da Assunção, com permissão de ter à sua porta as armas reais. Vd., sobre o assunto, MATOS, Lourenço Correia de – MATOS, Lourenço Correia de – *Os Fornecedores da Casa Real. 1821-1910*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2009, p. 22 e 154. Em 1 de setembro de 1834 recebeu alvará de Lugar de Modista da Rainha; Cf. A.N.T.T., *Registo Geral de Mercês, D. Maria II*, L.º 1, f. 279. Em 1838, liquidou o seu armazém de bijuterias, anexo ao de modas e, em 1840, encerrou totalmente

costureira, acabando por criar o seu próprio negócio. A partir de 1830, a modista parece ter rivalizado com a sua congénere.

Algumas modistas receberam, por herança, as casas de moda dos seus familiares como, por exemplo, uma das modistas mais em voga na 2ª década do século, Madame Ana Octávia Duprat, “ (...) sucessora de Madama *Martin* tem a honra de participar a todas aquellas pessoas que costumão sortir-se do seu armazem de fazendas (...)»⁷⁴.

Muitas destas profissionais intitulavam-se e anunciavam a sua atividade acrescida da honorável distinção da *Casa Real, Sua Alteza Sereníssima a Senhora Infanta D. Isabel Maria, de Sua Alteza Real, Modista da S.A. Sereníssima Infanta D. Maria d'Assumpção e mais Sereníssimas Infantas, etc.*, o que demonstrava que tinham conseguido atingir a notoriedade a que se propunham: servir os elementos femininos da Casa Real. Algumas modistas até tiveram o privilégio da utilização das armas reais nas suas casas ou estabelecimentos. Madame Sardin, Cecília Gerard, Madame Levailant, Madame Burnay ou Madame Huguet, foram entre outras, as que viram reconhecidas os seus serviços⁷⁵.

Porém, segundo Lourenço Correia de Matos, isto apenas se tornou vulgar a partir dos anos 20 do séc. XIX⁷⁶. A concessão de alvarás e de mercês aos alfaiates, cabeleireiros e mais tarde às modistas era já usual desde tempos passados, como uma forma de agradecimento e distinção. Mas «(...) as primeiras concessões nos anos 20 e 50 dessa centúria, apresentam-se todas nas formas de designação da profissão acrescida da indicação “da Casa Real” ou “de Sua Majestade”, ex. Mestre Luveiro da Casa real, Cabeleireiro de Sua Majestade (...)»⁷⁷.

Esta estratégia operava como um foco de atração para o comércio de elite, fazendo relacionar a casa comercial ou atividade com os soberanos, mostrando ao público a preferência da Família Real pela utilização dos diversos serviços, o que devia ser percebido como uma referência de qualidade. De salientar que a designação de fornecedor ou detentor das armas reais só podia ser praticado por quem tivesse recebido alvará régio ou mercê, sendo totalmente proibitivo a quem o quisesse usurpar. Alguns

o seu negócio. Vd., a propósito, CARVALHO, Pinto de (TINOP) – *Modistas e Cabeleireiros (Século XIX)*. Lisboa: Apenas Livros, 2008 p. 9.

⁷⁴ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 305 (27 de Dezembro de 1830), p. 1240.

⁷⁵ Vd. MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 235-255.

⁷⁶ MATOS, Lourenço Correia de – *Ob. cit.*, p. 14.

⁷⁷ IDEM, *Ibidem*, pp. 14-15. Só a partir da década de 1850 surge a fórmula simples de “Fornecedor da Casa Real”, que se generalizou com o desenrolar do século, muito embora continuem a surgir outras designações, mas menos usadas.

conseguiam estes privilégios em Portugal, recorrendo a influências junto à corte, nomeadamente representantes diplomáticos ou consulares.

A exteriorização dos privilégios concedidos estendia-se à utilização das armas reais, que podiam ser multiplicadas em diversos materiais gráficos, como caixas, folhetos, faturas, cartões, catálogos, placas nas fachadas das suas lojas, como o caso de Madame Burnay ou Madame Levillant⁷⁸.

A década de 1840, época em que a Europa viveu um clima de uma certa austeridade e um certo receio de uma anunciada guerra, provocado por alguns motins que vão atingir o seu auge, em 1848, o ano das revoluções, não deixou que a sociedade lisbonense fosse tediosa e distanciada das elegâncias. A alta sociedade lisboeta era animada por bailes, reuniões nos clubes e assembleias, sessões teatrais, récitas no S. Carlos, solenidades particulares, serões literários e políticos, reunindo tudo o que encantava a vista, «Luzidios bailes que iam pedir ao seculo das elegâncias o segredo da graça redundante, da sedução estonteadora»⁷⁹.

A moda da década de 1840 era pouco estimulante, contrariamente às festas, pois os vestidos continuavam a ser singelos, enfeitados com folhos e rendas, decotados ou semi-decotados, afogados, lisos ou franzidos, sendo as novidades dadas pelo tipo de tecidos usados e pela variedade de chapéus, de acessórios e abafos. Por isso, ainda mais contribuíram as modistas, que negociavam fazendas e todo o tipo de acessórios, vestidos de bailes, sapatos, artigos de decoração, brinquedos, doces e até a assinatura de revistas de moda e figurinos.

Na generalidade, as modistas de notoriedade pediam altas remunerações pela sua confeção de última moda, o que se tornava acessível só a uma determinada classe, enriquecida e habituada a estar rodeada de luxos e riquezas⁸⁰. Algumas eram tão reconhecidas pela sua atividade, que chegavam a ver o seu nome atribuído a penteados, como o caso do *Penteado à Madame Burnay*⁸¹. Outras viam reproduzidas as suas confeções nas publicações da época. Pela primeira vez, numa das estampas de *A semana*, podemos ver ilustradas as confeções dos profissionais da época:

⁷⁸ Foi sobretudo a partir da década de 1840 (apesar de existirem exemplares anteriores a 1834), que se generalizou, em Portugal, a impressão de faturas e cartões-de-visita timbrados, progressivamente enriquecidos com vinhetas, arabescos, diferentes carateres e até imagens das próprias lojas ou fábricas. Vd. QUEIROZ, Francisco – A Arte do papel timbrado em Portugal. In <http://www.queirozportela.com/timbre.htm> (2011; 20.11; 17 h)

⁷⁹ TINOP- *Lisboa d'outros tempos*. Lisboa: Fenda Edições, Lda., 1991, vol.1, p. 89.

⁸⁰ A propósito de uma série de contas da Modista Levillant para Condessa de Lumiares. Vd. MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *Ob. cit.*, vol. 2, doc. 20, pp. 340-364.

⁸¹ Como se penteavam as elegantes das Laranjeiras. In *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: ed. Lit. de José Joubert Chaves. 2ª s., 21 (1906).

«M.elle Elisa, ao Chiado. Vestido de Mad. Levaillant. Casaca e calça do Sr. Xafredo. Chapéu de M. Charles, ao Loreto»⁸².

Foram muitas as modistas estrangeiras que alcançaram sucesso e se fixaram em Portugal, constituindo família e nela acabando os seus dias, como Madame Burnay, cujo descendente, Henry Burnay (1838-1909), 1.º conde de Burnay, neto da modista, se tornou grande capitalista e empresário em Portugal; ou Madame Duprat, mãe de Alfredo Duprat (1810-?), 1.º visconde de Duprat. Mas nem todas tiveram tal destino. Umas regressaram ao seu país de origem, como Madame Moureau⁸³.

Algumas destas profissionais tiveram trajetórias de insucesso e não foram raras as que buscaram a prostituição como complemento ao seu capital. Em 1829, o polígrafo José Agostinho de Macedo, criticando já o francesismo instalado em Portugal e dissertando sobre a indústria têxtil, também censura provocadoramente a conduta das modistas: «Por amor desta mania forão as nossas Fabricas para traz, ainda que de todo se não extinguissem, e se não fossem rindo os Estrangeiros com nossos vinténs, o que agora fazem com especialidade nesse Pinhal d'Asambuja fêmea, chamado o Corpo das modistas, com esses pannos de palha, que põe na cabeça das mulheres com mais fitas que huma Fogaça d'Áldea. Dizem que são boas tesouras (...) que não só ajustão os vestidos aos corpos, mas também ajustão corpos (...)»⁸⁴.

A sobrinha da modista Madame Levaillant, Josephine Neuville, referindo-se ao ambiente do *atelier* e armazém de sua tia onde circulavam muitas costureiras e onde se convivia com intrigas e maledicências, descreve-as como mulheres de conduta duvidosa, que ambicionavam uma vida melhor, suportada pelas opulências de homens riquíssimos que não conseguiam resistir às suas seduções⁸⁵. Estas casas de modas e *ateliers*, por vezes, também serviam para proporcionar encontros de algumas clientes casadas com os seus amantes, como a da modista Madame Olivier Botto⁸⁶.

⁸² Vd. *A semana: jornal literário e instrutivo*. Lisboa: Imprensa Nacional. 10 (Março de 1851). Trata-se de uma litografia de Alexandre de Michellis (1818-1866) feita na Litografia de A. S. Castro no Largo da Trindade, nº 9.

⁸³ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 213 (14 de Maio de 1833), p. 614.

⁸⁴ MACEDO, José Agostinho de Macedo – *A Besta Esfolada*. Lisboa: na Typ. de Bulhões. 26 (15 de Setembro de 1829), p. 5.

⁸⁵ NEUVILLE, Josephine – *Memorias da minha vida. Recordações de minhas viagens*. Lisboa: Typografia do Panorama, 1964, vol.1, p. 76. Madame Levaillant era familiar de uma das profissionais mais requisitadas na década de 1840, Aline Neuville, que foi Fornecedora da Casa Real e Modista da Rainha D. Maria Pia.

⁸⁶ TINOP – *Modistas e Cabeleireiros (...)*, ob. cit., p. 11.

As costureiras e as modistas eram alvo das conquistas dos janotas, «Às portas da modista Levailant, da modista Aline, a janotaria sustentava nutrido fogo paras as janelas da modista Lombré, (...) do cabeleireiro Baron, onde Madame Baron servia de alvo e para as da modista Levailant, onde mademoiselle Pauline era o ponto de mira da buliçosa mocidade»⁸⁷. As modistas portuguesas, percebendo o êxito das suas colegas estrangeiras e para atraírem mais clientela e estimular o seu negócio, contratavam costureiras francesas e publicitavam-no⁸⁸. Tentavam reclamar para os seus estabelecimentos o *glamour* dos gabinetes franceses. Por vezes, estas profissionais afrancesavam o nome, ou mesmo acrescentavam a palavra Madame, Madama, Mademoiselle, para atrair uma maior atenção do público⁸⁹.

Mas em meados do séc. XIX, Charles Frederick Worth (1825-1895), alfaiate inglês, vem criar um novo conceito de confeção e de moda, a *Alta-costura*. O sucesso de Worth coincidiu com o estabelecimento do Segundo Império na França, vestindo as senhoras da elite europeia, que incluía a realeza, como da imperatriz Eugénia, esposa de Napoleão III, ou mesmo a Rainha D. Maria Pia.

Em Lisboa, o mercado da moda continuou extremamente competitivo, todos participavam e eram impulsionadores das novas tendências, fato que se prolongou até finais do século XIX.

Conclusão

Temos consciência de que não apresentámos todos os nomes das modistas e alfaiates, recuperados da época estudada, na cidade de Lisboa. Muitos outros terão existido sem deixar rasto ou registo documental. Talvez a abertura dos arquivos de casas particulares à investigação nos possibilite encontrar mais informações sobre outras figuras que contribuíram para que a mulher lisboeta fosse acompanhando a rapidez com que a moda se foi hospedando.

Através de todas as informações referidas, podemos perceber que, até meados do séc. XIX, a produção do vestuário era um trabalho essencialmente manual: os alfaiates parecem ter tido também um papel fundamental na confeção do vestuário feminino até às primeiras duas décadas do século. Os tecidos e adereços de todo o género, vindos do estrangeiro, poderiam

⁸⁷ IDEM – *Lisboa de outrora*. Lisboa: Ed. Grupo de Amigos de Lisboa, 1937, vol. 2, p. 93.

⁸⁸ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 94 (22 de Abril de 1818), [s. p.].

⁸⁹ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia. 220 (19 de Setembro de 1825), p. 914.

chegar mais tarde a Portugal; mas estavam ao alcance das senhoras com uma certa posição social e económica. Os mercadores, sem dúvida, muito contribuiriam para isso.

A partir de 1825 e, principalmente depois de 1830, o cuidado das *toilettes* do público feminino passou a ser da responsabilidade das costureiras e modistas, que colocavam à disposição da senhora lisboeta de uma panóplia de artigos de moda, extremamente publicitados, o que muito contribuiu para que traje feminino, dentro de tantas circunstâncias adversas, conseguisse acompanhar a evolução da moda até meados do séc. XIX (o limite cronológico por nós estudado) e se prolongasse ainda com mais velocidade pela segunda metade.